

**4/OPINIAO**

**PONTO  
CRÍTICO**

**Indígenas e Ijuí?-II**

Lígia T. Lopes Simonian  
Antropóloga, doutoranda pela Universidade da Cidade de Nova Iorque

Ainda no decorrer dos anos cinquenta e sessenta Ijuí torna-se passagem obrigatória, não mais para aqueles indígenas que resistiam às invasões de seu território no século passado, mas para os que fogem das condições opressivas impostas em Guarita, ou da falta de condições materiais para a reprodução social, imposta pela expropriação efetivada pelo governo estadual, como no caso de Inhacorá. Neste mesmo período madeireiras de Ijuí começam a participar do processo de destruição das matas existentes no interior das terras demarcadas para os indígenas, tendo a firma Stumm se destacado neste sentido. Anos mais tarde a Cotrijuí desenvolve um tratamento ambíguo em relação à questão indígena na região, pois ao mesmo tempo em que apóia as pretensões de arrendatários e invasores da área indígena Guarita (Cotrijuí, 1974), sua direção também contribui com uma bolsa de estudos parcial para que um indígena desta mesma área ingresse em curso superior na Fidene, e fornece alguma assessoria gratuita para um projeto de erva-mate na aldeia Péi-Kár.

O Museu Antropológico Diretor Pestana, a Fidene/Unijuí tentam resgatar uma relação mais positiva com os indígenas nos anos setenta e oitenta. Não só via acervo, exposições, pesquisa, palestras e publicações estas instituições tentam apresentar uma perspectiva mais objetiva quanto à realidade indígena, mas também por apoiarem as lutas indígenas a nível estadual e nacional. Alguns de seus integrantes ampliam sua atuação em defesa dos direitos indígenas no fim da última década de setenta, ao implantarem em Ijuí uma seção da Associação Nacional de Apoio ao Índio. Mesmo com a sua posterior desativação, uns poucos professores/funcionários do Museu/Fidene Unijuí continuam ligados à chamada "questão indígena", mesmo enfrentando resistências dos que afirmam que "nada mais há a fazer pelos índios, a não ser assinar algum documento para apoiar suas lutas".

A vitória dos indígenas em sua luta para verem seus direitos inscritos na Constituição de 1988, tem significado pouco em termos de transformações ao nível de sua realidade sócio-cultural. A presença constante de indígenas vendendo cestaria e outros artefatos pelas ruas de Ijuí, como domésticas ou prostitutas, o seu acampamento junto ao Posto de Saúde, ou ainda a presença na Festa Nacional de Culturas Diversificadas são evidências neste sentido, e de que a relação estabelecida entre os mesmos e o município/sociedade ijuiense tem sido duradoura, apesar de tensa e contraditória no mais das vezes.

O engajamento dos ijuienses na luta atual dos indígenas do RGS, com vistas principalmente à recuperação das terras expropriadas, poderia significar muito mais do que a construção de uma "casa indígena" no Parque de Exposições Assis Brasil, e assim contribuir para a superação das tensões/contradições até então existentes nas relações aqui referidas. Como Ijuí tem se mostrado como um reduto pedetista, tal engajamento pode vir a contribuir para que o sr. Brizola venha alterar sua postura em relação aos direitos territoriais indígenas, para que ele assuma que assinou o processo administrativo nº 15703/61, que reduziu inúmeras áreas indígenas, e assim se engaje na luta pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais atuais.